

Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local

ANGELO BRÁS FERNANDES CALLOU*

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

RESUMO • Apresentam-se neste trabalho os significados da Extensão Rural a contar dos anos de 1940 até os dias atuais, sem perder de vista os cenários históricos onde eles foram erigidos. Pretende-se, com isso, inferir que o problema do desenvolvimento dos contextos populares através do extensionismo rural e pesqueiro não está no campo das significações, mas, sobretudo, nas incipientes interações com suas “zonas vizinhas” de conhecimento e na posição política que assumem as organizações e técnicos no contato com o meio em questão.

RÉSUMÉ • Ce travail présente les significations des services d’Extension rurale à partir des années 1940 jusqu’à maintenant, sans perdre de vue les contextes historiques dans lesquels ils furent élaborés. On prétend ainsi déduire que le problème du développement des contextes populaires à travers les services d’extension rurale et de pêche ne relève pas du domaine des significations mais, surtout, des interactions naissantes entre leurs «zones voisines» de connaissance et la position politique des organisations et des techniciens en contact avec le milieu concerné.

SUMMARY • This paper examines the signification of rural extension services from the 1940s to the present, keeping in view the historical contexts in which they evolved. We believe we can thereby deduce that the problem of popular context development by way of rural outreach services and fishing does not lie with their signification, but rather more with budding interactions between their “neighbouring areas” of expertise and the political stance of organizations and technicians in contact with the environment in question.

RESUMEN • Este trabajo presenta los significados de los servicios de extensión rural a partir de los años 1940 hasta el momento actual, sin perder de vista los contextos históricos en los cuales fueron elaborados. Con ello se pretende inferir que el problema del desarrollo de contextos populares a través de los servicios de extensión rural y pesquera no se encuentra en el campo de los significados sino, sobre todo, en las incipientes interacciones con sus “zonas vecinas” de conocimiento y la posición política que asumen las organizaciones y los técnicos en contacto con el medio en cuestión.

INTRODUÇÃO

Foi necessário que se passassem vinte e cinco anos para que eu abdicasse da idéia de que os diversos significados atribuídos à Extensão Rural criaram dificuldades de ordem teórica e de ação prática no seu desenrolar em solo brasileiro. A revisão bibliográfica que desenvolvi recentemente levou-me a refletir em sentido contrário. Sempre considerei que a “indeterminação” desse campo de desempenho das Ciências Agrárias goza de popularidade entre pesquisadores, profissionais e estudantes, à medida que todos opinam sobre o assunto e se sentem capazes, de alguma maneira, de “estender” algo a alguém no meio rural, deixando entrever que, no ramo do extensionismo, tudo é passível de inclusão e de incorporação. Noutras palavras, a Extensão Rural resumida à *coisa nossa*. Terreno de todos e de ninguém. Sobre esse assunto, assim me expressei, em 1983, ao abordar a Extensão Pesqueira:

“...é lugar comum se relacionarem as mais diferentes atividades da engenharia de pesca (e fora dela) à Extensão Pesqueira. Se se trabalha em peixamentos de açudes ou viveiros de uma determinada localidade, está se realizando uma atividade de Extensão. Se se der assistência técnica a piscicultores (...), também se está executando um trabalho de Extensão. Quem preenche os projetos de financiamento de barcos ou apetrechos de pesca na SUDEPE ou EMATER, naturalmente está também realizando um serviço de Extensão. E, ainda, as atividades de mobilização popular, educação informal, recuperação de colônias de pescadores e de cooperativas, também dizem respeito à atividade de Extensão.” (CALLOU, 1983).

Frente a essas significações atribuídas à Extensão, acrescentando-se, hoje, o desenvolvimento rural sustentável, a gestão da comunicação, as novas ruralidades, a educomunicação, a agroecologia, a economia solidária, o associativismo e, mais recentemente, a incubadora de cooperativas populares, aspectos que a tornam cada vez mais, polissêmica. Se, por um lado, como disse em outro lugar, a polissemia da Extensão Rural deu margem a que muitos profissionais, dentro e fora das Ciências Agrárias, se arvorassem a impor temas “pertinentes” à Extensão Rural, ou mesmo excluí-la do seu papel fundamental nos processos de desenvolvimento do campo, por outro, possibilitou que a atividade se renovasse teoricamente. E, ao renovar-se, resistiu no tempo. Defendo aqui essas idéias, pois a Extensão se mantém apesar das diversas crises socioeconômicas e políticas enfrentadas pelas organizações governamentais e não-governamentais que se ocuparam dessa atividade nos quase sessenta anos de sua história oficial no Brasil.

Portanto, é dessa polissemia e resistência que trato neste momento. Afinal, quais são os significados assumidos pela Extensão Rural, e também Pesqueira, como disciplinas oficiais nas Ciências Agrárias? Pontuo

esses significados sem perder de vista os principais cenários históricos onde eles foram erigidos. Pretendo, com isso, inferir que o problema do desenvolvimento dos contextos populares rurais através do extensionismo rural e pesqueiro, ontem e hoje, não está no campo da diversidade de significações da Extensão Rural. Mas, sobretudo, nas incipientes interações das suas “zonas vizinhas” de conhecimento (a expressão é de Paul Veyne), de um lado, e, por outro, na posição política que assumem as organizações e técnicos no contato com o meio rural e pesqueiro. Para isso, farei um sobrevôo a alguns aspectos históricos da Extensão Rural e Pesqueira.

1. A EXTENSÃO RURAL E PESQUEIRA NO BRASIL: CAMINHOS DA FORMALIZAÇÃO

No meio agrícola, as primeiras experiências de Extensão no Brasil se desenvolveram seguindo o padrão americano dos *Land Grant Colleges*, ou seja, havia, na ação, um significado eminentemente “educativo”, à medida que se limitava a transferir conhecimento agrícola e de economia doméstica aos agricultores e seus familiares, sem preocupar-se com o oferecimento de crédito (Figueiredo, 1981). Significava, ainda, uma ação voltada para o serviço médico, à puericultura e ao saneamento básico. As experiências da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa, a partir de 1930, e as de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, em São Paulo, a partir de 1947, revelam essa significação. Os principais disseminadores desse significado são os professores norte-americanos Peter Holfs, no caso mineiro, e Greenfin (que também havia sido professor em Viçosa) nos casos paulistas. (Gabriel, 1970).

Os resultados dessas ações de caráter local, educativo, enquanto transmissão de conhecimento, favoreceram o aparecimento oficial da Extensão Rural no Brasil. É o Estado de Minas Gerais que cria, em 6 de dezembro de 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), através do convênio entre o governo mineiro e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), instituição esta fundada pela família Rockefeller (Gabriel, 1970). O convênio propõe “estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilite a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural.” (Gabriel, 1970: 27).

A partir daí, o significado educativo das ações extensionistas desenvolvidas sob a influência de Holfs e Greenfin transfigura-se no terceiro significado da Extensão: o de “ajuda técnica e financeira” (Gabriel, 1970: 28). Noutras palavras, deixa-se de lado o viés extensionista dos *Land Grant*

Colleges e passa-se a adotar a perspectiva da *Farm Security Administration* (FSA) americana, cuja finalidade, nos Estados Unidos, foi a de apoiar, através de créditos, sob a égide governamental, os agricultores prejudicados pela depressão econômica dos anos de 1929-1930 (Figueiredo, 1981; Vieira, 1988). O significado educativo da Extensão Rural só voltará a reaparecer a partir de 1952.

É importante salientar que a escolha de Minas Gerais para a criação da ACAR e, por conseguinte, do seu significado de “ajuda técnica e financeira”, deve-se, entre outros fatores, ao fato de Minas “possuir abundância em recursos naturais, uma burguesia atuante com forte poder de negociação, uma firme disposição de colocar seu Estado em destaque no cenário nacional e um governo disposto a superar os problemas antigos da economia...” (Fonseca, 1985: 80).

Sabemos, através de Romeu Figueiredo e da própria Teresa Fonseca, que outras ordens de variáveis incidiram sobre a criação e o desenvolvimento do extensionismo oficial brasileiro. Convém ressaltar, de um lado, o insucesso da educação rural que, a partir de 1945, assume uma prática pedagógico-comunitária, não-escolar, através da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Daí porque a noção de comunitário ter ficado tão presente no jargão extensionista (Queda apud Fonseca, 1985). De outro lado, estão os interesses norte-americanos no pós-guerra, de ampliar os investimentos e abrir mercados consumidores para os seus produtos industrializados, particularmente na América Latina. Os intelectuais para o desenvolvimento do significado extensionista de “ajuda técnica e financeira” foram os especialistas norte-americanos que pertenceram ao *Extension Service* e à *Farm Security Administration*, os quais vieram ao Brasil para treinar técnicos brasileiros. E, sem dúvida, Nelson Rockefeller, através da sua AIA (Figueiredo, 1981; ACAR apud Fonseca, 1985).

Mas não se pense aqui, contudo, que essa mudança de significado de uma Extensão Rural de cunho “educativo”, “extensionista”, no sentido dos *Colleges*, para uma Extensão à la *Farm* (preocupada com o aumento da produção e da produtividade, via recursos creditícios), deu-se de maneira radical. Iremos constatar, num primeiro momento, que a Extensão, como “ajuda técnica e financeira”, volta-se para a estima dos valores “humanistas”, e o consumo de bens materiais é visto como estratégia de melhoria do nível de vida das populações rurais. Logo, as ações estão ligadas ao estabelecimento agrícola e à comunidade rural. Para isso, a Extensão lança mão, segundo Romeu Figueiredo (s.d.), do crédito rural supervisionado, da articulação de lideranças locais tradicionais e comunitárias (estas, muitas vezes, identificadas por métodos sociométricos, criticaria João Bosco Pinto), dos trabalhos de comunidades, visualizadas como

contextos socialmente homogêneos, isto é, sem conflitos de interesses internos, entre outras estratégias do desenvolvimento de comunidades que fizeram escola no Brasil. Sob esse significado, a Extensão Rural propunha tecnologias mais ao nível da população atendida (plantio adequado, espaçamento correto, curva de nível, adubo orgânico etc.) (Figueiredo, s.d.). Em termos de economia doméstica, as recomendações estão relacionadas à habitação, alimentação, ao vestuário etc. (Figueiredo, s.d.) As estratégias de comunicação para atingir esses objetivos vão desde contatos pessoais, reuniões, excursões, treinamentos, unidades de demonstrações, até campanhas e programas de rádio, cuja variação e intensidade se desenvolve à medida que o sistema de Extensão Rural se expande pelo país (Gabriel, 1970).

Num segundo momento, a polissemia da Extensão é ampliada à medida que incorpora ao significado “ajuda técnica e financeira” o aspecto educativo da Extensão americana, que abandonara quando da sua oficialização em Minas Gerais. Isso ocorre, porque as experiências até então desenvolvidas não estavam logrando os resultados esperados pela ACAR. Inclusive, o próprio termo Extensão só passou a ser usual a partir dessa constatação (Gabriel, 1970).

Nessa perspectiva, a Extensão Rural passa ao seu quarto significado, ou seja, o de “ajuda técnica e financeira” como “ferramenta” de educação. Significado este que será estendido à Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), em 1954, ano da sua criação. O principal intelectual dessa ampliação polissêmica no país foi o especialista da FAO, Willy Johanan Timmer que, em 1951, ministra, na Paraíba, o primeiro curso de Extensão Agrícola no Brasil (ACAR apud Gabriel, 1970). O resultado dessa experiência é o livro *Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola; Bases e Diretrizes da Agronomia Social Aplicada com Referência Especial ao Brasil e outros Países da América Latina*. O tratamento dado por Timmer ao ato de educar na Extensão é o mesmo proposto na Avaliação da ACAR-MG, em 1952, e será motivo de uma crítica fulminante de Paulo Freire, muitos anos depois.

Com a criação, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), o significado da Extensão Rural na perspectiva de ajuda técnica e financeira em nível educativo-comunitário começa a somar-se a mais um outro. Estamos no início do governo do presidente Juscelino Kubitschek, o qual defenderá o desenvolvimentismo brasileiro. Nessa perspectiva, a Extensão pouco a pouco vai restringindo, sem necessariamente abandonar, a sua vertente “educativa”, a sua “filosofia humanista de ação”, o crédito supervisionado, as atividades não necessariamente econômicas, isto é, ligadas à economia doméstica, para se dedicar a uma agricultura mais “dinâmica”, mais “desenvolvida”. Quer

dizer, uma “agricultura moderna” de caráter químico e mecânico, com um sistema de recursos creditícios, agora de caráter orientado, particularmente em regiões consideradas mais promissoras (Figueiredo, s.d.). Não é ao acaso, por exemplo, que a Extensão Rural dá as costas ao movimento camponês no Nordeste, representado pelas ligas camponesas (Figueiredo, s.d.) e pelos sindicatos apoiados pela Igreja Católica. A Extensão não se interessa pela questão da reforma agrária, pelo menos aquela defendida pelos movimentos sociais. Ela se volta para a criação de grupos 4-H do extensionismo norte-americano. (Figueiredo, s.d.). Nesse processo, a Extensão Rural adquire o quinto significado: o de difusora de inovações tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira, em termos de modernização. Esses contornos vão ficando mais visíveis à medida que a indústria de produtos agropecuários se desenvolve no país, forjando novos mercados consumidores no meio rural. O período do “milagre brasileiro” (1969-1973) é o ápice desse processo. Momento em que é criado, oficialmente, o serviço de Extensão Pesqueira no Brasil, inicialmente em Santa Catarina e, logo em seguida, no Rio Grande do Sul, em 1968 e 1969, respectivamente.

O significado que essa atividade apresenta não se diferencia do significado difusionista-inovador da Extensão Rural. Está registrado no Livro de Atas nº 1 da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do Rio Grande do Sul (ACARPERGS): “A ACARPERGS tem por finalidade um programa educativo baseado na assistência técnica, econômica e social, para intensificação racional da produção, nas comunidades de pesca, e melhoria das suas condições de vida.” (ACARPERGS. 1969: 2).

Não é à toa que a Extensão Pesqueira surge no Sul do país. Essa região, dadas as suas características oceanográficas e econômicas, era considerada mais promissora para o desenvolvimento industrial da pesca. A Extensão Pesqueira surge logo após a política dos incentivos fiscais (1967), da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), entre 1967-73, ou seja, no caminho aberto para investimentos empresariais no setor. Nesses termos, o que diferencia a Extensão Rural da Extensão Pesqueira no campo da difusão de inovações para a modernização é a área de produção. Mas, com o insucesso da política dos incentivos fiscais, a SUDEPE se volta para o setor artesanal pesqueiro, através do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), em 1973. A justificativa é que o artesanato pesqueiro, mesmo sem grande apoio financeiro, era responsável por mais de 50% da produção nacional. (Diegues, 1979).

Assim, diante da crise dos incentivos fiscais e da crise do “milagre brasileiro” a partir de 1973, tanto a Extensão Pesqueira quanto a Extensão Rural irão consolidar o sexto significado, ao fundir a difusão de tecnologias modernas com o extensionismo original, “educativo”, “humanista”,

como se refere Figueiredo (s.d). Portanto, a noção de desenvolvimento das comunidades rurais e pesqueiras permanece, seja pela adoção de “pacotes tecnológicos simplificados” para o desenvolvimento comunitário, seja pela adoção de “pacotes tecnológicos” voltados a médios e grandes produtores rurais. Isso se prende ao fato de o “milagre”, ao entrar em crise foi deixado exposto o quanto se havia penalizado a pequena produção agrícola, aspecto alertado inclusive pelo BIRD e pela Fundação Ford (Figueiredo, 1981). Ao lado disso, os movimentos populares que começam a dar sinais de soerguimento, a partir de meados dos anos 1970, contribuem, também, para o significado fusionado da Extensão Rural. É dentro dessa lógica que ocorre, em 1974, a transformação do sistema ABCAR em Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). (Figueiredo, 1981)

O que podemos observar até aqui, através dos autores analisados, é que há uma íntima relação das significações assumidas pela Extensão Rural e Extensão Pesqueira ao longo da sua história, com a própria dinâmica do capitalismo brasileiro. As noções de desenvolvimento que essas significações ensejam, estão, também, por seu turno, ao sabor dessa dinâmica. Tudo leva a crer que as significações apresentadas pela Extensão, até esse momento, são significações mais afetas, como dirá Francisco de Oliveira, referindo-se a um outro assunto, aos dominadores do que uma alternativa aos dominados.

Entretanto, não é só do Estado que se alimenta a polissemia da Extensão Rural. A produção científica das universidades e dos centros de pesquisa é uma grande fornecedora de sentidos nos processos de significação da Extensão.

2. PRODUÇÃO ACADÊMICA: RUPTURA E AMPLIAÇÃO DOS SIGNIFICADOS DA EXTENSÃO RURAL

O *Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina* (CIESPAL), criado em Quito, 1958, por exemplo, trará contribuições teóricas sólidas para o modelo difusionista-inovador, particularmente no período que vai de 1959 a 1973 (Berger, 2001). São pesquisadores como Wilbur Schramm, Paul Lazarsfeld, Harold Lasswell e, principalmente, Everett Rogers, expoentes da pesquisa funcionalista norte-americana no campo da Comunicação, que vão influenciar a produção científica do Centro. Como pólo disseminador de conhecimento na América Latina na área da Comunicação para o Desenvolvimento – como também eram chamadas as atividades de Extensão –, o CIESPAL ajuda a manter e a consolidar o significado da Extensão como difusora de inovações. Logo, dentro da teoria criada por Rogers, em 1962, através do seu livro *Diffusion of Innovations*, os pesquisadores brasileiros que

passaram pelo Centro, somados aos professores que se titularam em Ph.D. na *University of Wisconsin* e *Michigan State University*, instituições importantes nessa área de conhecimento, ajudaram a reforçar, durante anos, através do ensino e da pesquisa, o significado da Extensão no campo difusionista. Para se ter uma idéia da força dessa teoria no contexto latino-americano, convém registrar que duas terças partes dos estudos realizados nessa área são de origem brasileira, colombiana e mexicana (Nunes, 1977).

Muitas dessas contribuições vieram também dos cursos de mestrado em Extensão Rural, criados em 1968, na Universidade Federal de Viçosa (MG), e na Universidade Federal de Santa Maria (RS), em 1975. As preocupações de pesquisa desses mestrados foram ao encontro, em certos momentos, da “filosofia” extensionista da então “repaginada” ABCAR/EMBRATER, ou seja, buscaram, em último caso, identificar as razões pelas quais havia diferenciações, por parte dos agricultores, na adoção/rejeição dos “pacotes tecnológicos” propostos pelas agências governamentais de desenvolvimento rural.

Foi preciso que uma voz se alevantasse para negar toda a construção teórica e prática realizada pelo extensionismo americano no nosso país e em muitos outros lugares. Paulo Freire, com seu livro *Extensão ou Comunicação?*, destrói a noção da Extensão Rural como processo educativo para o desenvolvimento das populações rurais, tal como havia sido formulada por Timmer, em 1954.

Se, na trajetória da Extensão Rural brasileira, o seu significado foi se modificando, fazendo-a resistir às transformações políticas, sociais e econômicas por que passava o país, agora parecia difícil uma resistência a partir da incorporação do sétimo significado atribuído: a Extensão como educação dialógica, comunicação. Difícil porque esse novo significado ia de encontro às diferentes significações até então admitidas pela Extensão, as quais, em última instância, se constituíram por dentro de uma mesma lógica, de uma mesma crença, ou seja, a de dissipar o “sub-desenvolvimento”, o “atraso”, a “ignorância” dos agricultores e dos pescadores através de “estratégias educativas” para adoção de tecnologias – agora consideradas antidialógicas. Some-se a isso, a consolidação do discurso científico da difusão de inovações e suas estratégias refinadas de pesquisa quantitativa. Aspectos que legitimavam um pensamento acadêmico e técnico, dentro e fora das universidades, que se contrapunha a essa nova visão paulofreiriana de Extensão Rural. E mais, estava-se, ainda, em plena ditadura militar, quando *Extensão ou Comunicação?* foi publicado no Brasil (1977).

Ora, esse novo significado teórico paulofreiriano da “Extensão” sugeria, evidentemente, ações distintas daquelas que, em geral, eram

realizadas pelos técnicos e pelas instituições voltadas ao desenvolvimento rural, isto é, vislumbrava-se, agora, a participação efetiva dos chamados “beneficiários” da Extensão Rural e Pesca na famigerada “leitura de realidade”. Leitura esta que os extensionistas e os profissionais de desenvolvimento de comunidades realizavam, historicamente, de maneira unilateral. Agora, nesse novo cenário teórico, ter-se-ia que admitir o outro, na relação educativa, como sujeito histórico, cognoscitivo. Desse modo, a leitura da realidade a ser transformada só poderia configurar-se se, e somente se, os dois pólos do processo de mudança e desenvolvimento entrassem em comunicação. Isso implicava uma atitude político-democrática em tempo de ditadura.

Os pesquisadores pós-paulofreirianos desenvolveram um esforço teórico enorme, particularmente no campo da comunicação – pois daí advieram, majoritariamente, as principais contribuições – para, pouco a pouco, a Extensão firmar o seu significado educativo-comunicacional diante da consolidada teoria da difusão de inovações. As organizações não-governamentais e os técnicos que superaram a visão extensionista tradicional, também tiveram um papel fundamental nesse processo. É a partir daí que o verbete Comunicação Rural passa a adquirir sentido, ou a se sobrepôr ao verbete Extensão Rural, ou, ainda, como uma espécie de irmãos siameses, unidos no binômio Extensão Rural-Comunicação Rural. Não fossem esses esforços à consolidação do novo significado da Extensão Rural, possivelmente essa disciplina e essa prática de apoio ao desenvolvimento do campo não teriam resistido às crises provocadas (e ainda vividas) pela extinção da EMBRATER e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1990. Nada teríamos a colocar no lugar, sobretudo quando vamos avançando nessa década. Os desafios, a partir daí, tornaram-se mais complexos diante dos processos de mundialização dos mercados e das culturas e sua nefasta repercussão nos contextos populares rurais. Vejamos como se constituíram esses esforços até alcançarmos os anos 1990 e para onde eles nos levaram na abertura do século XXI. É o que vamos tratar a seguir.

3. DIFUSÃO DE INOVAÇÕES: PERDA DA HEGEMONIA E EMERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A primeira geração de pesquisadores pós-paulofreirianos, brasileiros e estrangeiros, que contribuiu para o arrefecimento da difusão de inovações no cenário latino-americano, foi estimulada, de alguma maneira, pela política do CIESPAL, entre 1970/1984, de criar um pensamento comunicacional livre das amarras do funcionalismo. Podemos citar, entre tantos outros, Mattelart (1976), com sua crítica à *communication research*, como foram chamadas as pesquisas de cunho funcionalista na

Comunicação; Beltrán (1973), com sua tese de Ph.D. na *Michigan State University*, estudo que não dissimula a influência do livro de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*; Bordenave (1976); Pinto (1973); Figueiredo (1981) e Fonseca (1985). Estes dois últimos, aqui bastante citados. Isso não quer dizer que a teoria da difusão de inovações perdeu espaço, ou foi retirada do mercado científico, como se retira do mercado um produto industrializado fora dos prazos de validade.

A teoria difusionista, diante das críticas que apontavam a sua incapacidade de dar conta das condições estruturais do subdesenvolvimento latino-americano, vai ao embate teórico e “renova-se”. Mas renova-se por dentro do funcionalismo. Nessa perspectiva, são emblemáticos os livros *Comunicação, Modernização e Difusão de Inovações no Brasil*, organizado, no Brasil, em 1978, por José Marques de Melo, e *Communication and Development*, organizado por Everett Rogers, em 1976, nos Estados Unidos. Este último, talvez, tenha sido uma das primeiras tentativas de Rogers de “salvar” a sua teoria, frente às críticas vindas, sobretudo, do CIESPAL, onde ele próprio tinha feito seguidores na década de 1960. Esse embate teórico, extremamente frutífero, acabou por respingar, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, sobre a EMBRATER e a SUDEPE.

Essas instituições começam a se afastar da perspectiva difusionista, pelo menos em nível do discurso, e passam a incorporar o viés da comunicação horizontal por meio do planejamento participativo. Diz a EMBRATER que o planejamento participativo é “o processo pelo qual se procura racionalmente a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, objetivando sanar problemas identificados no meio rural, juntamente com os produtores e suas famílias.” (Canuto, 1983: 108).

Naturalmente que a EMBRATER empenhada, como vimos, em unir os significados “humanistas” e “produtivistas” da ação extensionista contemplasse os novos ditames da Extensão Rural-Comunicação Rural. O caráter meramente retórico dessa instituição, no que diz respeito à participação, não passaria incólume àquele pesquisador, pois dedica sua análise ao discurso embrateriano. A propósito, essa temática já vinha sendo motivo de questionamento no âmbito das ações extensionistas internacionais e do desenvolvimento de comunidades no Brasil. São os casos dos pesquisadores Proaño (1980) e Ammann (1978; 1982).

Se essas distorções dos preceitos participativos da comunicação horizontal construída a partir de Paulo Freire foram cometidas pelas agências governamentais, o mesmo não podemos dizer das organizações não-governamentais. Cito, como exemplo, a experiência da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), a partir de 1968, sob a coordenação do Frei Alfredo Schnuettgen.

Ligada à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), a CPP desenvolveria um trabalho de Extensão, principalmente no Nordeste, de perfil inovador, pelo menos, na pesca, pois se confrontava tanto com a forma tutelada com que os pescadores foram tratados pela Marinha de Guerra, como já observamos, quanto com o caráter difusionista-inovador da Extensão Pesqueira oficial que se inicia, também, coincidentemente, em 1968. Pautado no “método” Ver-Julgar-Agir, o trabalho pastoral desenvolve-se numa linha de ação eminentemente paulofreiriana, pois baseado na comunicação dialógica. Recupera, com os pescadores, a sua história; cria o boletim *O Leme*; revê o papel das colônias de pesca nas comunidades pesqueiras, apóia suas mobilizações na reestruturação dessas entidades de classe e nas reivindicações ambientais e de previdência social, bem como na criação das sociedades de ajuda mútua, entre outras ações, à luz da Teologia da Libertação. (Callou, 1986). A Extensão passa a ter aí o seu oitavo significado: o da mobilização para participação sociopolítica e econômica, de reconstrução histórica, de tomada de consciência dos pescadores da sua própria realidade através de uma dinâmica religiosa. Os resultados dessa experiência pastoral na pesca repercutem positivamente até hoje nas atividades de Extensão Pesqueira.

À medida que experiências diferenciadas como essas avançam em direção aos anos 1980, os resultados de pesquisas desenvolvidas com o advento da anistia política (1979) começam a revelar, mais nitidamente, os efeitos nefastos da “modernização da agricultura” e da pesca sobre os pequenos produtores rurais e pescadores artesanais. Esses estudos mostram que, se algum benefício essas categorias sociais conheceram com o difusionismo-inovador da Extensão oficial brasileira, foi de caráter esporádico e sem a abrangência necessária. (Diegues, 1979; Andrade, 1979; Martins, 1980; Silva, 1981). Nesse sentido, o somatório do impacto de *Extensão ou Comunicação?*, das pesquisas críticas no campo da Comunicação, das experiências extensionistas bem sucedidas das organizações não-governamentais, dos resultados da “modernização dolorosa” (a expressão é de José Graziano da Silva) e do soerguimento dos movimentos populares nos anos 1970/80 acabou por desbancar a hegemonia teórica da Extensão Rural no campo da difusão de inovações.

4. ANOS 90: CRISE E RENOVAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL

Enquanto os processos de democratização se desenvolvem e vai-se consolidando uma perspectiva mais democrática de conceber e fazer Extensão Rural e Pesqueira no Brasil, o governo Fernando Collor de Mello extingue, em 1990, o sistema EMBRATER e SUDEPE, deixando as ativi-

dades de Extensão à deriva nos estados. Atravessamos os anos 1990 numa crise sem precedentes na história do extensionismo rural e pesqueiro, com o progressivo desaparecimento das EMATER estaduais (as delegacias da SUDEPE foram todas extintas) ou a fusão destas com outras organizações governamentais. Movimento nítido, portanto, de afastamento do Estado, em decorrência dos processos de globalização, que grassaram explicitamente no país a partir dessa década. Crise que também ocorreu na consolidada Extensão Rural norte-americana, nos anos 1980, no governo Regan, por motivos similares (Gustafson, 1997). Não fosse a versatilidade da Extensão Rural no agenciamento teórico e de circunstâncias socioeconômicas vividas, o soerguimento dessa atividade, e, portanto, sua resistência, do ponto de vista teórico e prático, não seria mais possível, a meu ver, na abertura do século XXI. Pelo menos, dois vetores são importantes nesse processo de trazer de volta a Extensão Rural aos dias atuais, agora sob a nona significação: o da Extensão Rural na perspectiva do desenvolvimento local.

O primeiro vetor está diretamente relacionado ao próprio “emagrecimento” do Estado nos processos de globalização que se trata da passagem

“de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não governamentais, nas quais o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação enquanto *primus inter pares*.” (Santos, 2002: 37-38).

Nessas condições, emerge a noção de desenvolvimento local como estratégia para resolver, através de uma dinâmica de “concertação” dos territórios, os problemas de exclusão social gerados pelos processos contraditórios de globalização de inclusão/exclusão, ou seja, é preciso que cada território descubra as suas potencialidades econômicas para, de per si, desenvolver-se. Condição que exige um esforço coletivo dos diversos atores sociais presentes nesses territórios. Evidentemente que o Estado, diante das frágeis condições de organização social, particularmente nos contextos populares rurais, não se afastará de imediato desses processos. No mundo globalizado, é preciso uma “forte intervenção estatal”, quer dizer, “O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem que regular a sua própria desregulação.” (Santos, 2002: 38).

Ora, é nesse cenário que surge o reiterado chamamento por parte do Estado para que as populações rurais participem dos processos de “concertação”, através de associações, cooperativa, sindicatos, conselhos, fóruns, entre tantas outras formas de organização social, como estratégia de desenvolvimento local. Convém ressaltar, de um lado, que muitos dos projetos produtivos financiados pelo Estado estão direcionados às

associações, exigindo, por conseguinte, a filiação dos agricultores interessados. Aliás, trata-se, muitas vezes, de exigências das agências financiadoras, a exemplo do Banco Mundial. (Callou e Braga, 2005). Nunca se erigiram tantas associações no cenário rural brasileiro. As distorções decorrentes por interferência política e pela velocidade como são oficializadas essas organizações são por demais conhecidas pelos profissionais da área. De outro lado, a noção de participação embutida nesse chamamento atual do Estado não é aquela defendida pelos movimentos populares nos anos 1960 e finais dos anos 70. Naquele período, a participação tinha um significado de conquista, para usar a expressão de Pedro Demo. Agora, parece ter um significado de consentimento ou uma espécie de “passaporte-cidadão”. Nesses termos, é de se perguntar se a ação participativa não está sendo moldada nos antigos padrões embraterianos e do desenvolvimento de comunidades, já criticados, como vimos, por pesquisadores dos anos 1970/80. Voltaremos ainda a esse ponto.

Seja como for, esses aspectos contemporâneos da exclusão social representam desafios para a Extensão Rural e Pecuária por fora e por dentro das organizações de desenvolvimento rural. Sobretudo porque a realidade da atuação profissional hoje se tornou mais complexa. Isso determinou que o aprendizado e os métodos difusionista-inovadores adquiridos tivessem pouca serventia no contexto atual dessas organizações. Não por acaso, elas estão investindo substancialmente no aperfeiçoamento dos seus técnicos através de treinamentos e cursos de especialização. As contratações recentes de pessoal, por sua vez, exigem um perfil extensionista voltado aos novos tempos. Perfil este construído graças aos empreendimentos teóricos realizados nas universidades. Tais empreendimentos teóricos procuram consolidar o significado da Extensão Rural no terreno do Desenvolvimento Local. Esse é o segundo vetor a ser abordado, a seguir.

Publicado em 1995, o artigo *Desafios da Comunicação Rural em Tempo de Desenvolvimento Local* (Santos e Callou, 1995) abriu os primeiros caminhos para se pensar a Extensão Rural nos processos de exclusão social no campo. A partir daí vão ser observadas uma série de apropriações teóricas de áreas afins à Extensão Rural, que só uma disciplina polissêmica como esta é capaz de realizar. Entre as temáticas mais relevantes, estão: desenvolvimento local, tendo como principais estudiosos Carlos Jara, Augusto de Franco, Francisco Albuquerque, Sérgio Buarque, Paul Prévost e Bernardo Kliksberg; novas ruralidades, a partir dos trabalhos de José Graziano da Silva, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay; recepção aos meios de comunicação pelas culturas populares, baseada em Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini; introdução das tecnologias eletrônicas e informatizadas na sociedade contemporânea, a contar

da Nova Teoria da Comunicação proposta por Ciro Marcondes Filho; mais recentemente, o associativismo e cooperativismo, lastreados na “Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo” (UNIRCOOP). Os resultados dessas apropriações estão refletidos nas dissertações de mestrado, nas teses de doutorado e nas comunicações que vêm sendo apresentadas, principalmente, nos Congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) (Silveira e Canuto, 1988; Braga e Kunsch, 1993; Santos, 1997; Callou, 1999; Callou, 2002).

Nesses últimos dez anos, os estudos revelam que a Extensão Rural no âmbito do Desenvolvimento Local significa uma ação que vai além das atividades agropecuárias e pesqueiras, pois as formas associativas e cooperadas de produção se diversificam no meio rural; que enxerga o campo como territórios das culturas populares híbridas, abandonando, por conseguinte, a visão romântica das populações rurais imunes à cultura de massa; e que atua num cenário de embate das lutas populares na perspectiva da “concertação” e do desenvolvimento com sustentabilidade. Nesse sentido, os estudos consideram que as estratégias de comunicação elaboradas pelas organizações para promover o desenvolvimento local devem ter um caráter dialógico no sentido comunicacional paulofreiriano. Isso para garantir a mobilização e a participação dos atores locais excluídos em todas as etapas dos processos de emancipação social e econômica.

Como vemos, o lugar ocupado pela Extensão Rural no âmbito do Desenvolvimento Local se “singulariza” em relação ao seu passado, sem perder, contudo, sua polissemia, pois mantém, pelos menos, três dimensões históricas da atividade: o desenvolvimento, a educação informal e a participação. Mostramos, historicamente, as diferentes formas assumidas por essas dimensões no Brasil, isto é, desenvolvimento como modernização da agricultura e da pesca; desenvolvimento como aproveitamento das potencialidades econômicas endógenas numa perspectiva sustentável em tempo de globalização; da educação informal, vertical, autoritária, unilateral, e da educação dialógica, comunicacional; além da participação como estratégia de manipulação, como mero arremedo retórico, como passaporte-cidadão e como conquista.

5. EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DESAFIOS TEÓRICOS CONTEMPORÂNEOS

Considero ainda folgados os laços que unem Extensão Rural ao Desenvolvimento Local. Não poderia ser diferente, diríamos, pois ainda estamos em fase de construção desse extensionismo contemporâneo.

Gostaria de afastar-me um pouco desse tipo de assertiva para tentar desenvolver algumas considerações que, a meu ver, se impõem à Extensão Rural no Desenvolvimento Local. Começo pelas observações de Francisco de Oliveira sobre desenvolvimento local e cidadania. Oliveira parte da concepção de que cidadania se adquire por meio do conflito. Para ele, o discurso neoliberal do desenvolvimento local fratura a cidadania no seu caráter conflituoso, na medida em que o desenvolvimento local se transforma num “emplastro” capaz de resolver os problemas sociais numa perspectiva harmônica (Oliveira, 2001). Sob essa ótica, diz o autor, o desenvolvimento local busca apenas o idêntico, o similar. Diz ele, ainda: “O desafio do desenvolvimento local é dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela.” (Oliveira, 2001: 13).

Diante dessas ponderações, o que dizer do conceito de participação para “concertação” dentro da noção de desenvolvimento local na Extensão Rural contemporânea? O que dizer quando esse imperativo teórico da Extensão pela via do desenvolvimento local parece coincidir com as intenções das organizações governamentais de desenvolvimento rural, que apregoam a versão mais renovada do neoliberalismo, à la Kliksberg (2003), ex-presidente do Banco Mundial, isto é, a do “estado social inteligente”? Quer dizer, nem Estado nem mercado sozinhos, mas a tríade Estado, mercado e sociedade civil. Quanto a esse último aspecto, cabe, ainda, uma observação de Francisco de Oliveira. Salienta ele: “No Brasil (...) sociedade civil passou a designar no discurso da mídia, assim como em certos discursos acadêmicos, mas sobretudo nos discursos das organizações não-governamentais, um lugar do não-conflito, um lugar da concertação...” (Oliveira, 2001: 22).

Ocorreu-me que poderíamos, talvez, nos desviar dessa crítica de Francisco de Oliveira, numa tentativa de “salvarmos” a perspectiva da participação para a “concertação” na Extensão Rural, se nos ancorássemos no conceito de *multidão*, de Michael Hardt e Antonio Negri. Sem a pretensão de querer desenvolver aqui essas aproximações, cabe, ao menos, a título de referência, mencionar que os autores abdicam das noções de “povo”, “massas” e “classe operária” no mundo do Império Global, ou, como eles mesmos dizem, se quisermos, do neoliberalismo ou da hegemonia americana (Hardt e Negri, 2005).

Para esses autores, a noção de povo é reduitiva, pois a magnitude das diferenças sociais fica restrita a uma unidade e a uma única identidade. Quanto às massas, dadas as suas características de compor um leque com todas as cores da população, acabam, dizem eles, por não ter cor nenhuma, ou seja, nem unidade, nem identidade. A essência delas, prosseguem os autores, é a indiferença. A classe operária, por seu turno, também, segundo eles, neutraliza as diferenças à medida que se refere a

todos os trabalhadores assalariados, distinguindo-se, por exemplo, dos trabalhadores da agricultura. Desse modo, o conceito de multidão que defendem possibilita que todas as diferenças singulares sejam contempladas sem serem reduzidas a uma unidade ou identidade única. (Hardt e Negri, 2005). A multidão abarca, portanto, “diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes visões do mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares.” (Hardt e Negri, 2005: 12). Mas essa multiplicidade congrega aquilo que eles chamam de *comum* (*the common*), quer dizer, a criação, pela comunicação, de redes de partilha e colaboração, no que é comum entre os elementos constituintes dessa rede sem, contudo, neutralizar as diferenças.

Esse conceito pode nos ajudar, talvez, a pensar, de outra maneira, as estratégias de participação popular e de “concertação” já conhecidas ou, quem sabe, para além delas, porque contempla significados novos às formas de organização e participação no cenário atual de exclusão social, ou seja, ao se distinguir das formas democráticas tradicionais de representação – “luta unida debaixo de uma identidade central ou lutas separadas que afirmam nossas diferenças” (Hardt & Negri, 2005: 281) –, o conceito de multidão acena para um tipo de participação que não subordina nem põe de lado as divergências. Em outras palavras, acena para estratégias de compartilhamento na diferença e não na igualdade (Hardt e Negri, 2005). Portanto, aponta para um mundo contemporâneo muito mais voltado para a dissensão social do que para o consenso.

Frente ao exposto, sou levado a crer que a tênue relação teórica entre Extensão Rural e Desenvolvimento Local tende a permanecer, se “zonas vizinhas” importantes ao fortalecimento dessa relação não forem trabalhadas teoricamente por dentro da Extensão Rural. Áreas de conhecimento como, por exemplo, a Agroecologia e a Economia Solidária, cujos elementos teóricos referem-se a outro tipo de desenvolvimento agrícola e rural, poderiam articular, mais efetivamente, seus pressupostos teóricos à Extensão Rural na perspectiva do Desenvolvimento Local. Pois elas implicam intervenções sociais, leia-se, extensionistas.

A polissemia da Extensão Rural que defendo aqui não quer transformar essa disciplina em modelos paradigmáticos, como diria Oliveira. Mas a construção de seus significados não pode ser resumida a ilações apressadas, por conseguinte, teoricamente estanques. Essas ilações têm que avançar para criar produtos acadêmicos consistentes, que iluminem práticas extensionistas capazes de enfrentar, no mundo rural, desde problemas humanos básicos, passando pela questão da terra e seus movimentos sociais, até situações nevrálgicas de exclusão social, na sua feição contemporânea. Assim, as palavras-chave “desenvolvimento”,

“educação”, “participação”, “associativismo”, por si sós, não dão conta, se é que algum dia deram, do quefazer da Extensão Rural no Brasil atual.

Essas considerações nos remetem à política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sem querer fazer uma análise exaustiva do seu documento final (2004), nem desmerecer o seu grupo de trabalho, encontramos, no seu arrazoado, alguns aspectos que reforçam o que acabamos de abordar. Em primeiro lugar, a impressão que se tem ao ler o documento é a de que a Extensão Rural da ATER centrou suas preocupações exclusivamente no campo da agroecologia. As novas ruralidades, apontadas por muitos estudiosos como elementos importantes do desenvolvimento do meio rural hoje, embora apareçam nos objetivos da ATER como “atividades não agrícolas”, não se desdobram nas diretrizes que elabora. Por outro lado, o documento é parcimonioso no que se refere especificamente ao desenvolvimento local. Opta pelo verbete desenvolvimento rural sustentável, talvez mais compatível com a noção do rural como território das possibilidades agroecológicas. Nesses termos, a Extensão Rural apresenta-se com o seu décimo significado: “Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações.” (Brasil, 2002: 9).

Para concretizar essa significação, a ATER sugere práticas “mediante uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável.” (Brasil, 2004: 6). É sempre bom lembrar que as estratégias de comunicação embutidas nas metodologias participativas, ou em qualquer outra metodologia para ação extensionista, são produtoras de informações e sentidos. Não são neutras. Vimos, ao longo do tempo, como elas foram produzindo sentidos diferenciados, às vezes, utilizando-se dos mesmos meios de comunicação.

Todos esses aspectos possibilitam reafirmar a necessidade de estreitar os laços da Extensão Rural com suas “zonas vizinhas”, na perspectiva do desenvolvimento local. Nessa operação, poderemos ampliar sua polissemia e, conseqüentemente, a sua democratização e resistência como disciplina acadêmica e de ação para o desenvolvimento dos contextos populares rurais. Talvez a orientação mais importante para nós, nesse processo e neste momento, já tenha sido formulada, há mais de trinta anos. Diz Freire (1979: 56): A nossa participação no sistema de

relações camponeses-natureza-cultura não pode ser reduzida a um *estar diante*, a um *estar sobre*, ou a um *estar para*, mas a um *estar com* eles como sujeitos também da mudança e do desenvolvimento.

NOTA

- * Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil. O presente texto faz parte de um estudo mais amplo desenvolvido para disputar o cargo de Professor Titular da UFRPE. peixes@elogica.com.br

BIBLIOGRAFIA

- AMMANN, Safira Bezerra (1978). *Participação social*, 2 ed. São Paulo, Cortez & Moraes.
- AMMANN, Safira Bezerra (1982). *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*, 3 ed. São Paulo, Cortez.
- ANDRADE, Manuel Correia de (1979). *Agricultura e capitalismo*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Sociais.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA PESQUEIRA DO RIO GRANDE DO SUL (1969). Livro de Ata nº 1.
- BELTRÁN, Luis Ramiro (1973). *Communication in Latin America: Persuasion for "status quo" or for National Development*, Tese de Ph.D., Michigan State University.
- BERGER, Christa (2001). "A pesquisa em comunicação na América Latina", in HOHLFELDT, Antonio *et al.* (org.) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis, Vozes, p. 241-277.
- BORDENAVE, Juan Díaz (1976). "Communication of agricultural innovations in Latin American: the need for new models", In: ROGERS, Everett (org.) *Communication and development: critical perspectives*, Beverly Hills, Sage Publications, p. 43-62.
- BORDENAVE, Juan Díaz e Horacio Martins de Carvalho (1978). *Planificación y comunicación*, Quito, Editorial Dom Bosco.
- BRAGA, Geraldo Magela e Margarida M. Krohling Kunsch (orgs.) (1993). *Comunicação rural: discurso e prática*, Viçosa, UFV.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004). *Política nacional de assistência técnica e extensão rural*, Versão final, Brasília, Secretaria da Agricultura Familiar
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.) (2002). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*, São Paulo, Intercom, Coleção GT Intercom, nº 13.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.) (1999). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*, São Paulo, Intercom, Coleção GT Intercom, nº 8.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (1986). *Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1982)*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, RS - Curso de Mestrado em Extensão Rural.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (1983). *Extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira*, III congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Manaus, Anais.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes e Brenda Braga (2005). "Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil", *Revista UNIRCOOP*, vol. 3, nº 1, Canada, Université de Sherbrooke, p. 177-191.

- CANUTO, João Carlos (1984). *Capital, tecnologia na agricultura e o discurso da EMBRATER*. Dissertação de mestrado apresentada no Curso de Mestrado em Extensão Rural da UFSM, RS.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (1979). *Pescadores sitiantes e trabalhadores do mar*. São Paulo. 314 p. Tese de doutoramento - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FIGUEIREDO, Romeu Padilha de (s.d.). *Extensão rural, extensão do capitalismo? Análise do sistema ABCAR/EMATER (1948-1979)*. Esboço de Projeto de Tese.
- FIGUEIREDO, Romeu Padilha (1981). *A Extensão rural no Brasil*, I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural, Santa Maria, Palestra (mimeo.).
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da (1985). *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*, São Paulo, Loyola.
- FREIRE, Paulo (1979). *Extensão ou comunicação?*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª edição.
- GABRIEL, Luiz *et al.* (1970). *A extensão rural no Brasil*, Rio de Janeiro, ABCAR, (mimeo.).
- GUSTAFSON, Daniel (1997). *Modelo de extensão nos Estados Unidos*. Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar, *Anais*, Brasília, PNUD.
- HARDT, Michael e Antonio Negri (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do império*, Rio de Janeiro, Record.
- KIKLISBERG, Bernardo (2003). *Falácia e mitos do desenvolvimento social*, São Paulo, Cortez, 2ª edição, 2003.
- MARTINS, José de Souza Marins (1980). *Expropriação e violência: a questão política no campo*, São Paulo, Hucitec.
- MATTELART, Armand *et al.* (1976). *Los médios de comunicación de massas: la ideologia de la prensa liberal*, Buenos Aires, Schapire Editor, 3ª edição.
- NUNES, Laércio Nunes (1977). *Discussão sobre difusão e adoção de inovações na agricultura*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília.
- OLIVEIRA, Francisco de (2001). *Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Polis, FGV.
- PINTO, João Bosco (1973). "Extensión o educación: una disyuntiva critica", *Desarrollo Rural em Las Américas*, vol. 1, nº 3, p. 165-186.
- PROAÑO, Luis Eladio (1980). *Planificación y comunicación*, Colección Documentos, Quito.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). "Os processos de globalização", in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*, São Paulo, Cortez, 2ª edição, p. 25-102.
- SANTOS, Maria Salett Tauk (org.) (1997). *Políticas de comunicação rural nos anos 90*, Recife, UFRPE, Imprensa Universitária, (Pesquisa Acadêmica, 4).
- SANTOS, Maria Salett Tauk e Angelo Brás Fernandes Callou (1995). "Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local", *Revista Signo*, ano II, n. 3, set.
- SILVA, José Graziano da (1981). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar.

- SILVEIRA, Miguel Angelo da e João Carlos Canuto (orgs.) (1988). *Estudos de comunicação rural*, São Paulo, Loyola.
- TIMMER, Willy Johanan (1954). *Planejamento do trabalho em extensão agrícola; bases e diretrizes da agronomia social aplicada com referência especial ao Brasil e outros países da América Latina*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.
- VIEIRA, Luiz de Góes (1988). *Cadernos de Extensão Rural*, nº 1, Recife, Imprensa da UFRPE.
- WHITING, Gordon e Lytton Guimarães (orgs.) (1969). *Comunicação das novas idéias: pesquisas aplicáveis ao Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Financeiras.